

Transição energética: dos estoques para os fluxos

OLIVEIRA, Adilson. “Transição energética: dos estoques para os fluxos”. Agência Brasil Energia. Rio de Janeiro, 08 de agosto de 2020.

Até a revolução industrial, a vida social esteve assentada nos *fluxos* energéticos locais. Ao centrar suas atividades nos combustíveis fósseis, a revolução industrial reestruturou a vida social em torno dos seus *estoques* acumulados pela natureza. A realocação e a concentração espacial da vida social, viabilizadas pelo uso desses *estoques*, provocaram aumentos na produtividade do trabalho, que redundaram em substancial incremento do bem estar nas sociedades industriais.

Com o tempo, aprendemos que a queima desses *estoques* tem um efeito colateral grave. Ela provoca a concentração de CO₂ na atmosfera, elevando a temperatura no planeta. A transição energética dos *estoques* de combustíveis fósseis para os *fluxos* de energias renováveis tem por objetivo evitar esse problema.

No Brasil, a transição energética foi iniciada precocemente. Sem *estoques* relevantes de combustíveis fósseis, nossa política energética voltou-se para a expansão dos *fluxos* de biocombustíveis e de hidroeletricidade para suprir o processo de industrialização. Os *estoques* de petróleo permaneceram exercendo papel central na gestão do mercado de combustíveis, porém a gestão do mercado elétrico foi centrada nos *estoques* de água dos reservatórios hidrelétricos. Essa situação favoreceu a expansão das fontes renováveis, porém delegou a confiabilidade do fornecimento elétrico à gestão dos *estoques* de água.

Realizada pelo ONS com o apoio de modelos computacionais, essa gestão exige a ampliação dos *estoques* de água para evitar a necessidade de racionar o suprimento de eletricidade em situações de hidrologia desfavorável, como ocorreu no início da década passada. Porém, a resistência das comunidades locais à construção de novos reservatórios tem exigido do sistema elétrico a ampliação do uso dos *estoques* de combustíveis nessa gestão.

Nesse contexto, o gás natural (GN) é visualizado como combustível prêmio para cumprir essa tarefa, pois oferece o benefício adicional de servir como âncora para a expansão da logística de dutos necessária para a substituição de derivados de petróleo na matriz energética. Contudo, a gestão da confiabilidade do suprimento elétrico centrada nos *estoques* de água exige que a logística do GN assuma os riscos hidrológicos. Vale dizer, as centrais térmicas têm que assumir o risco de ociosidade de sua logística de suprimento de GN nos longos períodos de hidrologia favorável.

Na prática, a importação de GNL, a preços de curto prazo (*spot*), tem sido adotada pelas centrais térmicas para mitigar esse risco. Essa solução viabiliza a expansão dos *fluxos* de energias renováveis no suprimento elétrico, porém torna a confiabilidade do sistema elétrico brasileiro refém do mercado internacional de GNL.

A descoberta de vastos reservatórios de hidrocarbonetos *offshore* aumentou significativamente nossas reservas de GN. Esse contexto cria condições objetivas

para que essa vulnerabilidade seja removida. Para tanto, é indispensável a ampliação de nossa incipiente logística para colocar o GN doméstico à disposição do mercado elétrico.

A gestão dos fluxos elétricos centrado nos *estoques* de água é uma das principais barreiras para essa expansão. Sem que os geradores (térmicos e hidrelétricos!) possam decidir autonomamente o despacho econômico de suas centrais, o GNL importado continuará a garantir a confiabilidade do suprimento elétrico. E o *estoque* de GN doméstico não contará com a alavanca para a expansão de sua logística proporcionada pelo mercado elétrico.

O debate no Congresso de um novo arcabouço regulamentar para o mercado do GN deve contemplar mudanças profundas na sistemática atual de gestão dos *estoques* de água para que o desejado “choque de energia barata” se torne realidade.

Adilson de Oliveira é professor Titular da Cadeira de Energia (professor Antonio Dias Leite do Colegio Brasileiro de Altos Estudos)